

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.001 - RJ (2019/0006608-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : BHG S/A - BRAZIL HOSPITALITY GROUP - SUCESSORA DE  
— : L M EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S/A  
**ADVOGADOS** : REGIS VELASCO FICHTNER PEREIRA - RJ060752  
JOSE ANTONIO VELASCO FICHTNER PEREIRA E OUTRO(S) -  
RJ053963  
PEDRO HENRIQUE DO VALE CUNTIN PEREZ - RJ081000  
**ADVOGADOS** : KARINA STERN DE FREITAS DE SIQUEIRA - RJ099412  
MARIA PROENÇA MARINHO - RJ185817  
**AGRAVADO** : I A DE A V D  
**ADVOGADO** : CARMEN VILLARONGA FONTENELLE - RJ043674

**EMENTA**

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. CONVERSÃO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA.

**DECISÃO**

BHG S.A. - BRAZIL HOSPITALITY GROUP (BHG), sucessora da L. M. Empreendimentos e Participações Ltda., interpôs agravo de instrumento contra decisão do Juízo da 4ª Vara de Família da Comarca do Rio de Janeiro-RJ que, nos autos do cumprimento de sentença promovido por I. A. DE A. V. D. M. (I) (Proc. nº 0237823-94.2015.8.19.0001), rejeitou a impugnação que ofertou ao procedimento que buscou executar a quantia de R\$ 899.237,98 (oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e sete reais, e noventa e oito centavos), referentes a pensão alimentícia decorrentes da separação judicial de L. C. M. M (L), falecido há mais de vinte anos.

Narrou que I e L foram casados por oito anos, tendo eles firmado por ocasião da separação consensual acordo, no qual este, que era controlador da L. M. Empreendimentos, se obrigou a prestar alimentos para aquela, na forma de recebimento de aluguéis referente a locação de imóvel de sua propriedade, no período de abril de 1986 a abril de 1995, tendo a empresa garantido o cumprimento da obrigação.

Acrescentou que no ano de 1994 foi celebrado um comodato entre I e L. M. Empreendimentos, ficando estabelecido que, em substituição a pensão alimentícia

acordada na separação do casal, aquela seria remunerada pela fruição do imóvel cuja posse recebeu da empresa, cabendo a ela negociar seu aluguel e gerar sua própria renda.

Afirmou, também, que I não foi capaz de alugar o imóvel objeto do contrato de comodato e, por isso, ela iniciou o procedimento de cumprimento de sentença, com base na interpretação dos acordos firmados, visando o restabelecimento da pensão alimentícia originariamente ajustada no acordo de separação consensual que celebrada com o falecido.

A agravante alegou que, na impugnação ao cumprimento de sentença, demonstrou que (i) a obrigação de prestar alimentos estava sujeita a uma condição suspensiva que não se operou; e (ii) ainda que assim não fosse, a obrigação alimentar se extinguiu com o falecimento do alimentante, L.

Esclareceu, ainda, que a impugnação foi rejeitada após a inovadora manifestação de I, que apresentou novos argumentos relacionados a impossibilidade de alugar o imóvel objeto do comodato em virtude a proposição de ação de sua resolução, sem que lhe fosse oportunizado se pronunciar sobre a petição dela, em flagrante violação ao art. 10 do NCPC, que veda a decisão surpresa.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

*Agravo de Instrumento. Cumprimento de sentença. Interlocutória que rejeitou impugnação. Prova documental bastante dos requisitos para a concessão da medida, no valor estabelecido. Boa-fé da credora. Prevalhecimento das obrigações estabelecidas em acordo juridicamente hígido e não desconstituídas à vista da natureza acessória da fiança em relação ao pacto principal de alimentos. Agravo a que se nega provimento (e-STJ, fl. 72).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 120/122).

Inconformada, BHG interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação dos arts. 1.022, II e 489, § 1º, IV, e 10 do NCPC, ao sustentar que (1) apesar dos embargos de declaração, o acórdão impugnado não enfrentou a preliminar de violação ao princípio do contraditório; (2) o Tribunal *a quo* chancelou a decisão surpresa do juízo *a quo*, proferida com suporte em fundamento novo, sem que lhe fosse oportunizado manifestar sobre ele; (3) o acórdão impugnado

violou a lei federal ao decidir que o dever de prestar alimentos se transmite aos herdeiros e aplicar tal entendimento para responsabilizar a empresa que nem sequer é herdeira do alimentante; e (4) houve ocorrência de dissídio jurisprudencial em relação ao art. 1700 do CC/02 e ao art. 23 da Lei de Divórcio.

Contrarrrazões do recurso especial (e- STJ, fls. 190/207).

O apelo nobre não foi admitido na origem, em virtude da incidência da Súmula nº 83 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, BHG sustentou que não incide o óbice sumular apontado na decisão agravada, porque não se discute a possibilidade da obrigação alimentar ser transmitida ao espólio, mas sim a uma empresa que não mais pertence ao falecido, titular do encargo, de modo que o precedente citado não se aplica ao caso.

Contraminuta do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 254/264).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 287/291).

É o relatório.

DECIDO.

Considerando as razões expostas, para melhor examinar a controvérsia suscitada, DETERMINO a CONVERSÃO do presente agravo em recurso especial.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator